



VOL. II

2012

I Congresso Histórico Internacional

AS CIDADES NA HISTÓRIA: POPULAÇÃO

24 a 26 de outubro de 2012

ATAS

Cidade Antiga

2012

FICHA TÉCNICA

Título

I Congresso Histórico Internacional
As Cidades na História: População

Volume

II – Cidade Antiga / Cidade Medieval

Edição

Câmara Municipal de Guimarães

Coordenação técnica

Antero Ferreira

João Abreu

Isabel Pinho

João Costa

Fotografia capa

Paulo Pacheco

Design gráfico

Maria Alexandre Neves

Tiragem

250

Data de saída

Julho 2013

ISBN (Obra completa)

978-989-8474-17-9

ISBN (vol. 2)

978-989-8474-12-4

Depósito Legal

364247/13

Execução gráfica

GRECA - Artes Gráficas

Produção gráfica

www.forward.pt

ÍNDICE

CIDADE ANTIGA

pág. 9

Alexandria Ptolomaica. Uma cidade, vários povos, várias culturas

José das Candeias Sales

pág. 35

La colonia Tarraco en el siglo II d.C. Usos del espacio y población en una capital provincial romana

Joaquín Ruíz de Arbulo y Ricardo Mar

pág. 77

Ab urbe recondita: la participacion de las mujeres en las ciudades de la Hispania romana

Silvia Medina Quintana

pág. 97

População e mobilidade nas cidades romanas de Portugal

Vasco Gil Mantas

CIDADE MEDIEVAL

pág. 129

Portalegre medieval – as fontes históricas como ferramentas de investigação e de análise sociodemográfica

Ana Cristina Encarnação Santos Leitão

pág. 149

A mobilidade dos artistas biscainhos nas construções medievais portuguesas: estudo preliminar

Maria do Carmo Ribeiro e Arnaldo Sousa Melo

pág. 179

A população judaica da Lisboa de D. Dinis

Manuel Fialho

pág. 195

Intervenção arqueológica na extensão do Museu Alberto Sampaio (Guimarães). Contributos para o conhecimento urbanístico e actividade económica da cidade na época medieval

Susana Rodrigues Cosme

pág. 225

População e família na freguesia de Santa Justa de Coimbra nos séculos XIII a XV

Maria Amélia Álvaro de Campos

pág. 255

Apropriação e transformação: população cristã e espaços urbanos – Toledo e Sevilha na idade
média

Renata Vereza



I Congresso Histórico Internacional

AS CIDADES NA HISTÓRIA: POPULAÇÃO

24 a 26 de outubro de 2012

ATAS

Cidade Antiga

Coordenação: Maria Manuela Martins - Universidade do Minho

mmmartins@uaum.uminho.pt

2012



**ALEXANDRIA PTOLOMAICA.
UMA CIDADE, VÁRIOS POVOS, VÁRIAS CULTURAS**

José das Candeias Sales
Universidade Aberta; CHUL

Resumo

A Alexandria do Egipto, a mais célebre de todas as cidades antigas que tomaram o nome do grande conquistador macedónio Alexandre Magno, tornou-se, entre os séculos IV e I a.C., a principal cidade cultural e comercial do Mediterrâneo.

Fundada sob o impulso de Alexandre, Alexandria só ganharia projecção e pujança urbana no período ptolomaico, sob a liderança política da dinastia lágida, especialmente dos seus primeiros reis. Foram eles que exploraram e desenvolveram, com muita eficácia, as potencialidades que, desde o início, a cidade apresentava, sendo, realmente, os responsáveis pela edificação de um conjunto de importantes infra-estruturas, de edifícios e de instituições que marcaram a feição da cidade.

Os intensos fluxos migratórios que a capital dos Ptolomeus captou, com a mira posta nas possibilidades económicas, administrativas e culturais que oferecia, tornaram-na sede de uma população multicultural e justificaram muitas das referências que encontramos em autores antigos (ex.: Políbio, Estrabão, Quinto Cúrcio, Plutarco, Arriano, Diodoro da Sicília, Pseudo-Calístenes) sobre a sua génese, evolução, características, diferentes comunidades e respectivos contingentes demográficos.

Procuramos aqui conferir especial destaque a estas referências e explicar como muito do brilho que, histórica e miticamente, a cidade de Alexandria projectou para a posteridade tem a indelével marca desse «esplendor urbano cosmopolita» do período ptolomaico.

Alexandria Ptolomaica

Uma Cidade, Vários Povos, Várias Culturas

A Alexandria do Egipto («a mui brilhante Alexandria»), na designação de Sófocles) foi a principal cidade cultural e comercial do Mediterrâneo no período compreendido entre os séculos IV e I a.C., *grosso modo*, o chamado Período Ptolomaico da dominação político-institucional do Egipto antigo. Neste período, a cidade era, porém, um caso à parte na geografia do Egipto, uma vez que se assumia explicitamente que se distinguia claramente da parte provincial, rural, do território (a *chôra*). Em consonância, as fontes apelidam-na frequentemente de *Alexàndreia prós Aigyptôi*, «Alexandria junto do Egipto», para acentuarem as diferenças significativas que patenteava como cidade grega em terra egípcia¹.

Apesar de fundada por Alexandre Magno, em 331 a.C., na zona da antiga povoação egípcia de Raked/Rakedet (em grego Rakotis, Ρακῶτις) na embocadura ocidental do Nilo, na sequência das vitoriosas campanhas do general macedónico, e de ter recebido o seu

¹ Esta situação excepcional e distintiva continuou no período romano, sendo a cidade chamada *Alexandrea ad Aegyptum*. Cf. Bernard, 1994: 49, 50; Sales 2008: 61 e 169.

nome, seriam os Ptolomeus, sobretudo os primeiros reis da dinastia (Ptolomeu I Sóter I, Ptolomeu II Filadelfo e Ptolomeu III Evérgeta I), a contribuir de forma decisiva para a sua enorme pujança e projecção, dotando-a de condições de urbanidade, nomeadamente um considerável e sustentado crescimento físico e demográfico, com espessura sócio-espacial (Chauveau 2001; Sadek 1997; Rowlandson 2004; Sales 2005).

Além da «Alexandria junto do Egipto», os Ptolomeus (no caso, Ptolomeu I, Sóter) fundaram ainda, no Alto Egipto, uma outra cidade de significativa importância, Ptolemais Hermeiu, com cerca de 50.000 habitantes, mas nada que rivalizasse com a cidade da costa mediterrânica, capital do Egipto lágida (Estrabão XVII, I, 42, 46; Bernand 1996; Rowlandson 2004).

O estatuto mítico que a cidade de Alexandria alcançou, em muito resultado dos tempos áureos do Período Ptolomaico, quando se projectou, com uma experiência urbana assinalável, pelas suas artes, pela sua cultura, pelos seus poetas e pensadores, ecoou durante milhares de anos e marcou indelevelmente a memória da posteridade. No mundo mediterrânico, Alexandria gozará do privilégio, partilhado com Atenas, Roma e Bizâncio, de incarnar toda uma civilização, o que é, em última instância, o reconhecimento de que o seu modo de vida (o modo de vida «alexandrino») ultrapassava largamente os limites geográficos da cidade (Bernand 1996).

Desde cedo, a cidade encantou e deslumbrou quantos a visitavam, viessem de onde viessem. Os cronistas antigos, particularmente maravilhados com as características singulares da cidade e cientes da importância de registarem as suas observações, legaram-nos textos e passagens alusivos à urbanização (processo de formação e de construção da cidade) da antiga urbe, especialmente no período ptolomaico e romano, designadamente sobre a sua condição multicultural, os padrões de comportamento da população urbana, seus grupos e relações, que merecem a nossa consideração.

1. Fundação da cidade: entre o mito, a história e a memória

A dimensão cosmopolita, internacional, centro de atracção e de fixação de populações oriundas de todas as partes do mundo conhecido de então que a cidade cedo assumiu e desenvolveu, merece, de facto, um particular destaque e faz dela um grande exemplo histórico da vivência e coexistência multicultural em contextos urbanos. O extraordinário é que, mesmo perante povos, culturas e religiões profundamente diferentes, foi possível alcançar um apreciável nível de coabitação (não sem, é certo, uma ou outra escaramuça e luta mais sangrenta) que durou vários séculos (Bernand 1996). Esta condição multicultural

que a antiga cidade de Alexandria conheceu marcou, inclusivé, de forma indelével, a sua matriz mítica, no que se refere justamente aos relatos *post-eventum* sobre a sua fundação.

Independentemente de algumas discrepâncias (ex.: o momento exacto da fundação da cidade por ordem de Alexandre Magno), discordâncias (por exemplo, em relação às razões que motivaram o estabelecimento da cidade) e da maior ou menor credulidade que denotam em relação aos «fenómenos miraculosos» associados à sua génese, todos os autores (Arriano, Plutarco, Quinto Cúrcio Rufo, Diodoro da Sicília, Estrabão e o Pseudo-Calístenes) reflectem nos seus relatos *post-eventum* sobre a fundação da cidade a condição cosmopolita e multicultural que a caracterizou durante os períodos ptolomaico e romano e que a inscreveu como urbe de excepcional destino e predestinação (Erskine 2004; Green 1996; Bernard 1996).

Estrabão (c. 64 a.C.- c. 24 d.C.), que muito plausivelmente residiu em Alexandria entre c. 26 e c. 20 a.C. (início do governo de Augusto), ofereceu-nos uma descrição sistemática da cidade que é o único guião disponível fiável para uma reconstituição do seu plano e das primeiras intervenções urbanísticas e arquitectónicas de Lágidas e Romanos (Strabon 1997). Sobre a pretensa cerimónia de fundação-delimitação do perímetro da cidade, diz-nos o seguinte:

«(...) Alexandria e os seus arredores constituem a parte principal e a mais rica do [Egipto]. (...) Assim que Alexandre visitou o local e percebeu as suas vantagens, decidiu erguer a cidade e o porto. Os escritores recordam, como signo de boa sorte que se associou desde então à cidade, um incidente ocorrido durante o traçado das linhas das fundações. Enquanto os arquitectos marcavam com terra branca a linha da muralha, a terra branca acabou. O rei chegou nesse preciso momento; os seus intendentés arranjaram então uma parte da farinha preparada para a alimentação dos trabalhadores e foi com ela que as ruas foram traçadas em grande número. Este acontecimento, diz-se, foi interpretado como um presságio positivo.» (Estrabão, *Geographie*, XVII, 1, 6 – a tradução é nossa).

Estrabão menciona explicitamente a utilização de farinha para a marcação do traçado da cidade, em substituição da «terra branca» que, como refere, acabara, aparentemente por deficiente planeamento dos arquitectos. Embora refira que este acontecimento foi interpretado como «*signo de boa sorte*» e como um «*presságio positivo*», não nos indica nem explica em que assentava essa leitura do incidente. Tal «ausência de explicação» pode significar que o autor considerava desnecessário ou supérfluo fornecê-la, tal o conhecimento alargado que existia sobre o que a cidade era e no que se tornara.

Plutarco (46-120 d.C.), que escreve depois de Estrabão, é mais prolixo e rico em pormenores e explicações, aludindo, além da utilização da farinha para a marcação do

traçado da cidade, ao episódio do voo voraz de aves provenientes do rio Nilo e do lago Mareótis que devoraram toda a farinha. Faz também menção à inspiração onírica que teria estado subjacente da fundação da cidade:

«Dizem, com efeito, que, depois da conquista do Egipto, [Alexandre] quis fundar uma cidade grande e populosa, habitada por Gregos, sua epónima, e, a conselho dos arquitectos, fazia medir e traçar o circuito em certo lugar, quando à noite, dormindo, teve uma visão maravilhosa. Parecia-lhe ver um varão, de cabelos muito brancos e de aspecto venerando, que se colocava a seu lado e lhe dizia aqueles versos. “Depois há uma ilha no mar de vagas tumultuosas/ Em frente do Egipto: chamam-lhe Faros.”² Tão depressa se levantou, partiu para Faros, que então era ainda uma ilha, um pouco acima da boca de Canopo, mas que hoje está ligada ao continente por um aterro. Quando viu um lugar de extraordinárias vantagens naturais, porque era uma língua de terra, com um istmo de suficiente dimensão, entre um grande lago por um lado, e, pelo outro, um mar que termina num grande porto, dizendo que Homero, sendo admirável em tudo, era também o mais hábil arquitecto, determinou se traçasse o plano da cidade, em harmonia com a posição do lugar. Como não dispunham de cré, servem-se de farinha e traçam sobre a terra enegrecida uma área circular, cuja circunferência interior limitava duas bases rectas, de forma a produzir a figura de uma clâmide, com as linhas começando nas franjas e estreitando uniformemente a superfície. O Rei estava encantado com este plano, quando subitamente vêm do rio e do lago inúmeras aves, de toda a espécie e grandeza, que descem sobre o local, como nuvens, e não deixam nem rasto da farinha. Alexandre ficou perturbado com o presságio, mas os adivinhos aconselharam-no a ficar tranquilo, dizendo-lhe que a cidade, que ali fundará, terá de tudo em abundância e alimentará habitantes vindos de todos os países do mundo. Ordenou, pois, aos encarregados que metessem mãos à obra, e ele partiu para o templo de Amon, viagem longa, cheia de dificuldades e de fadigas, e que tem dois grandes perigos: a falta de água, consequência de haver vários dias de marcha em pleno deserto; depois, o risco de ser surpreendido, ao atravessar estas imensas planícies de areias movediças, por um vento violento do Sul, como dizem ter acontecido ao exército de Cambises: este vento, tendo levantado vastas porções de areia, transformou toda esta planície num mar proceloso, sepultou e destruiu cinquenta mil homens.» (Plutarco, Alexandre, 26).

A versão de Plutarco estabelece uma leitura mais completa ou talvez mais acrítica dos factos. Apesar da perturbação de Alexandre Magno perante a acção das «inúmeras aves, de toda a espécie e grandeza», vindas de todo os lados («do rio e do lago»), a interpretação do augúrio é também claramente positiva: a cidade em projecto tornar-se-ia seguramente uma grande cidade, capaz de atrair, albergar e alimentar (material e espiritualmente,

² O «varão» a que Plutarco alude, que inspirou Alexandre para a construção de Alexandria, é Homero e os versos que cita são os da Odisseia, IV, 354-355. Em Pseudo-Calístenes (*Romance de Alexandre*), o ancião que apareceu a Alexandre é o próprio deus Amon e a visão teria ocorrido aquando da visita do rei macedónico ao santuário líbico de Siuah (Cf. Pseudo-Callisthène 1994: 59 e 167).

como o porvir demonstrara) «*habitantes vindos de todos os países do mundo*». Ela seria, indubitavelmente, como Alexandre pretendia, «*uma cidade grande e populosa*».

No século I d.C., na sua *Historiae Alexandri Magni Macedonis*, Quinto Cúrcio Rufo atribuiria igualmente um «sentido benfazejo» ao prodígio e, por extensão, ao auspicioso futuro da cidade:

«*Alexandre, quando chegou, no regresso do templo de Amon, ao lago Mareótis, situado perto da ilha de Faros, ao contemplar a natureza do lugar, decidiu de imediato fundar uma cidade na mesma ilha. Depois, ao comprovar que a ilha não oferecia condições para uma cidade de grande dimensão, escolheu para localização da mesma o lugar em que agora está Alexandria (chamada assim devido ao nome do seu fundador). Abarcando todo o terreno que se estende entre o lago e o mar, destinou para as muralhas um perímetro de 80 estádios e, depois de deixar ali os encarregados de edificar a cidade, dirigiu-se a Mênfis. (...). Os habitantes das cidades vizinhas receberam ordem para emigrar para Alexandria e assim a nova cidade alcançou uma grande população. Conta-se que, ao marcar com a farinha o circuito sobre o qual se haviam de erguer as muralhas, como costumam fazê-lo os Macedónios, um bando de aves chegou voando e comeu a farinha, e como a maioria interpretou como fatídico aquele presságio, diz-se que os adivinhos responderam que uma grande multidão de estrangeiros viria a habitar aquela cidade e que esta ofereceria alimento para muitos países.*» (Quinto Cúrcio, *Historia de Alejandro Magno*, IV, 8, 1-3; 5-6. A tradução é nossa).

A abundância material da cidade seria a razão da sua enorme atracção sobre os diferentes povos e, em consequência, do seu acentuado crescimento demográfico. Seria «*uma cidade de grande dimensão*» É óbvio que a compreensão do mecanismo do *vaticinium post eventum* (profecia sobre algo que já aconteceu) aqui envolvido é fundamental: o cronista escrevia com a certeza histórica daquilo em que Alexandria se transformara e não como alguém que colocava uma hipótese a confirmar pelo devir histórico. No momento da redacção os acontecimentos «*imaginados*» já ocorreram; não são, como se pretende na lógica narrativa adoptada, pretensamente *ante-eventum*, eventos possíveis.

Também Flávio Arriano Xenofonte (95-175 d.C.), já no séc. II d.C., na sua *Anabasis de Alexandre Magno*, volta a fazer a mesma leitura sobre o destino de abundância e de fertilidade da Alexandria do Egipto, embora fixe na narração da fundação apenas a primeira parte do prodígio (a marcação com farinha):

«*A propósito, conta-se uma história, que eu acho que não é totalmente inacreditável. Quis o próprio Alexandre indicar aos pedreiros os limites onde se deveriam erguer as obras de fortificação, mas não tinha com que marcar o traçado na terra. Ocorreu a um dos mestres construtores fazê-lo com a farinha que os soldados transportavam em barris, e desenhou com ela o contorno circular*

da fortificação da cidade, precisamente onde o rei tinha indicado que se fizesse. Reflectindo sobre isto os adivinhos, especialmente os Aristandro, o telmisio, que já, em muitas ocasiões anteriores, havia interpretado a Alexandre, com exactidão, muitos outros augúrios, vaticinaram que a nova cidade seria próspera por muitas razões e em especial pela sua fertilidade em frutos da terra.» (Arriano, Anábasis de Alejandro Magno, III, 2, 1 e 2. A tradução é nossa).

Para Quinto Cúrcio, era de destacar que *«uma grande multidão de estrangeiros viria a habitar aquela cidade e que esta ofereceria alimento para muitos países.»* Para Arriano, aparentemente mais crítico em relação aos relatos/ às fontes, a ênfase era que *«a nova cidade seria próspera por muitas razões e em especial pela sua fertilidade em frutos da terra.»* Para ambos os autores, em ambos os relatos, Alexandria surge inscrita numa senda certa e irreversível de prosperidade e riquezas materiais, potenciadoras e justificadoras de uma forte atracção sobre populações oriundas de «muitos países».

Diodoro da Sicília (c. 90 - c. 20 a.C.), que visitou Alexandria no ano 59 a.C., foi o primeiro a escrever sobre a cidade de Alexandria. A sua descrição, substancial e precisa, reveladora de que conhecia bem a capital ptolomaica, foi a base para muitas das anotações e referências dos autores anteriormente citados, designadamente no que se refere à fundação e crescimento da cidade. Ele é, porém, o primeiro e o único a introduzir no seu relato «dados quantitativos» sobre a população da cidade, a que os outros autores posteriores não conferem qualquer atenção ou comentário:

«Ele [Alexandre] decidiu fundar uma grande cidade no Egipto e ordenou aos homens que deixara para esta missão que a construíssem entre o lago e o mar. Depois de ter feito as medições do lugar e de ter traçado as principais ruas detalhadamente segundo a melhor técnica, designou-a pelo nome de Alexandria, a partir do seu próprio nome. A sua localização é excelente, perto do porto de Faros, e ao traçar com muito rigor a orientação das suas estradas, Alexandre fez com que a cidade fosse varrida pelos ventos etésios, que, ao soprarem desde as enormes extensões do mar, refrescam o ar da cidade, e propiciou aos seus habitantes um clima moderado e muito saudável. Alexandre iniciou também a construção das muralhas do seu perímetro que sobressaía pela sua dimensão e era uma maravilha pela sua solidez. Situada entre um grande lago e o mar, só tem dois acessos, ambos estreitos e muito fáceis de guardar. Deu-lhe uma forma semelhante a uma clâmide e está cortada, mais ou menos a meio, por uma grande avenida de dimensões e beleza admiráveis que a atravessa de porta a porta, com um comprimento de quatro estádios e um pleto³ de largura. Está adornada em toda a sua extensão com luxuosos edifícios e templos. Alexandre ordenou também que se construísse um palácio que fosse digno de admiração pelas

³Um pouco mais de 30 metros.

suas dimensões e pela envergadura das suas obras. Mas não foi só Alexandre, mas sim todos aqueles que governaram o Egipto depois dele até aos nossos dias, com pouquíssimas excepções, que a aumentaram com luxuosas dependências. A cidade conheceu tal incremento em todos os aspectos durante os anos seguintes que é considerada por muitos a primeira cidade do mundo. Com efeito, pela sua elegância e pelo seu tamanho, pelo volume dos seus ingressos e por tudo aquilo que contribui para o seu luxo, supera em muito as demais cidades. O número dos seus habitantes ultrapassa o de outras cidades. Com efeito, na época em que chegámos ao Egipto, os encarregados do censo afirmaram que o número de homens livres que nela residia era superior a trezentos mil e que o rei obtinha do Egipto mais de seis mil talentos em contribuições.» (Diodoro, XVII, 52, 1-7).

Merece, pois, particular destaque neste extracto de Diodoro a grande densidade demográfica de Alexandria, cumprindo assim a decisão de Alexandre Magno de «*fundar uma grande cidade no Egipto*». O relato de Diodoro refere-se já, no fundo, a uma época de decadência da própria cidade, quando o seu poder de atracção se esbatera e muitos habitantes por isso a haviam já abandonado, o que torna plausível para muitos estudiosos o número total dos «homens livres» recenseados em 300.000 para meados do século I a.C. e torna aceitável a ideia de um número superior (talvez até meio milhão de habitantes) para outras épocas mais recuadas e gloriosas, por exemplo nos três primeiros reinados da dinastia ptolomaica.

A perspectiva histórica explicitada na narrativa de Diodoro permite reconhecer que a acção de Alexandre não foi suficiente para a projecção que a cidade veio a atingir: «*Mas não foi só Alexandre, mas sim todos aqueles que governaram o Egipto depois dele até aos nossos dias, com pouquíssimas excepções, que a aumentaram com luxuosas dependências*». Foi esse incremento urbanístico ptolomaico em Alexandria que a elevaram «*a primeira cidade do mundo*» e que a tornaram desejável aos olhos de milhares de emigrantes. Da estimativa de 6 milhões de habitantes para todo o Egipto no início da dinastia ptolomaica, um significativo número concentrava-se na capital e apresentava uma fortíssima dimensão multicultural (Schwentzel 1999).

O Pseudo-Calístenes (séc. III d.C.) não escapa aos comentários sobre a mítica fundação da cidade, ao mesmo tempo que reflecte também sobre «*intervenção urbanística*» entretanto empreendida pelo poder político, e dá-nos preciosas indicações sobre os «*bairros*» de Alexandria, ou seja, sobre o modelo de urbanização adoptado e desenvolvido:

«Não existe cidade maior do que Alexandria. (...). Alexandre encontrou aí uma rede de cursos de água, de canais e de aldeolas. Olhando da terra para o mar, reparou numa ilha e quis saber o seu nome. Os indígenas responderam-lhe: «É Faros, a ilha onde viveu Proteu; o seu túmulo,

*que veneramos, encontra-se aqui, no cimo de uma colina.» (...) Alexandre ofereceu um sacrifício ao herói Proteu e, vendo que o túmulo havia sido destruído pelo tempo, mandou-o restaurar. De seguida, ordenou que traçassem no solo o perímetro da cidade. Para isso, foi utilizada farinha; mas, então, um bando de aves de todos os tipos abateu-se sobre a farinha e devoram-na antes de retomarem voo. Alexandre, contrariado, chamou os adivinhos e contou-lhes o que se passara. E eles concluíram: "a cidade que acabas de fundar alimentará o mundo inteiro e, por todo o lado, encontrar-se-ão... os seus naturais; pois as aves voaram para todo o mundo inteiro." (...). Assim que as fundações da maior parte da cidade foram terminadas, Alexandre mandou desenhar a planta de cinco bairros, designando cada um com uma letra: A, B, Γ, Δ e E. A para Alexandre; B para «basileus», o rei; Γ e Δ para «géenos Dios», descendentes de Zeus, e E para «ektisen», e fundou uma cidade eterna.» (Pseudo-Calístenes, *Romance de Alexandre*, I, 4 – a tradução é nossa).*

Verifica-se no Pseudo-Calístenes a mesma «certeza profética» de que a cidade (a maior cidade de então) alimentaria e albergaria povos oriundos do mundo inteiro e de que dela sairiam igualmente populações que se espalhariam por todo o lado: «a cidade que acabas de fundar alimentará o mundo inteiro e, por todo o lado, encontrar-se-ão... os seus naturais; pois as aves voaram para todo o mundo inteiro». Quer o episódio da marcação do traçado da cidade com farinha quer a intervenção devoradora do bando de aves estavam já consolidados. Além disso, junta a informação singular sobre os «cinco bairros» da capital lágido-romana.

Uma primeira conclusão que podemos estabelecer a partir da consideração dos vários relatos, quase versões, da fundação da cidade de Alexandria nos autores antigos citados, dos séculos I a.C. a III d.C., é que os tópicos-chave das suas descrições-«profecias» literárias *post-eventum* são: i) a visão onírica, ii) a marcação dos limites da cidade com farinha, iii) o voo devorador das aves, iv) a excelente localização geográfica escolhida, com boas condições naturais e agrícolas, com bons ventos e moderado clima; v) a sua abundância e prosperidade material e vi) a sua demográfica e culturalmente significativa população.

Para um cabal enquadramento destas referências literárias – leituras retrospectivas ou em retroacção da história da cidade disfarçadas de «escrita prospectiva», não profecias puras –, é necessário esboçar o quadro histórico a que, directa ou indirectamente, reportam.

2. Uma cidade, vários povos e várias culturas

Sob encomenda de Alexandre Magno, quem projectou e desenhou a cidade, com muralhas, grandes avenidas, palácios, teatros, museus, hipódromos e um complexo sistema de canalização que levava água potável à cidade desde o lago Mareótis, situado a sul, foi Dinócrates de Rodes, com o auxílio de Díases e Kharias, engenheiros militares de Alexandre.

A planta da cidade, concebida segundo o modelo hipodâmico (aquele que Hipódamo de Mileto aplicara para o desenho da sua cidade natal), que se tornaria o modelo permanente de toda a urbanística do período helenístico, assemelhava-se a uma clâmide, a tradicional capa macedónica ligeira que os soldados usavam presa no ombro direito (Billows 2004; Bernand, 1994). A forma de clâmide da planta da cidade é, como vimos, referida por Plutarco (26), por Diodoro da Sicília (XVII, 52, 1-7) e também por Estrabão (XVII, 1,8).

Com o mar em fundo e rodeada por uma *péribolos*, muralha (com cerca de 15 Km de comprimento no período ptolomaico⁴), que delimitava o espaço urbano propriamente dito, que se estendia entre o lago Mareótis e o mar Mediterrâneo, a cidade articulava-se em torno de uma via principal, que a atravessava de leste a oeste, justamente no sentido do seu comprimento, a chamada Via Canópica⁵. No sentido norte-sul, uma outra rua principal cortava perpendicularmente a Via Canópica. Várias ruas ortogonais da cidade compunham o resto da grelha rectangular segmentando muitas delas, perpendicularmente, quer a Via Canópica, quer o eixo norte-sul.

Ao escolher, por razões práticas, essencialmente de ordem militar, erguer uma cidade numa região com uma costa inóspita e perigosa, mas com um grande lago de água doce a sul, alimentado por canais provenientes do Nilo, capaz de beneficiar extensas áreas de irrigação, Alexandre terá percebido, de imediato, além da sua potencial fertilidade, as enormes possibilidades estratégicas que o seu porto apresentaria (Bernand 1996). Desde início, a cidade foi, por isso, orientada para o mar.

Essas potencialidades seriam, depois, exploradas e desenvolvidas com os primeiros Ptolomeus. Foram estes soberanos a criar formas organizativas e de gestão mais eficazes para a cidade e a explorar e a desenvolver com muita eficácia as potencialidades que, desde o início, Alexandria apresentava, sendo, realmente, os responsáveis pela edificação de

⁴ No início do período romano, a muralha teria entre 30 a 40 estádios de comprimento, ou seja, entre 5550 e 7400 m, e 7 a 10 m de largura (Cf. Sadek 1997). Vide também Garian 1998 e Empereur 1998a.

⁵ Os extremos oeste e este da Via Canópica eram, respectivamente, a Porta da Lua e a Porta do Sol. A Via Canópica corresponde aproximadamente à actual rua Bab-Charkieh. Como refere Diodoro da Sicília, a Via Canópica tinha «quatro estádios» de comprimento, ou seja, mais de 700 m (Cf. Strabon 1997: 74, nota 88).

um conjunto de importantes infra-estruturas que marcaram a feição da cidade, de que se destacam, pelo seu impacto no futuro da cidade, os dois portos: o *Porto Eunostos*, «porto do feliz regresso», a ocidente, e o *Porto Magnus*, «grande porto», a oriente.

Ambos os portos de Alexandria funcionavam como portos de exportação (trigo, papiro, tecidos, perfumes – os «artigos de Alexandria»), de importação (madeira, metais, mármore, azeite, e vinhos finos) e de trânsito, introduzindo no mercado internacional os produtos que lhe chegavam da África profunda (marfim, ouro, plumas de avestruz, escravos negros, animais selvagens), da Arábia ou da Índia (aromas, perfumes e sedas) (Lévêque 1987).

O tráfego marítimo e fluvial centrado em Alexandria ou que em Alexandria fazia transbordo, com a maior procura de bens e serviços que arrastou e o forte impulso económico que trouxeram à cidade, assumidamente voltada para o mar, na primeira metade do séc. III a.C., são unanimemente reconhecidos como os principais factores de desenvolvimento económico na época greco-romana e de atracção indisfarçável que a cidade passou a exercer sobre os povos vizinhos, particularmente do mundo mediterrânico, interessados em aproveitar as excepcionais possibilidades de enriquecimento na vida comercial ou de estabilidade socio-económica pela entrada na hierarquia burocrática do Estado lágida.

Paralelamente ao estabelecimento das infra-estruturas essenciais, os Ptolomeus foram dotando a cidade de edifícios e instituições de referência, como o heptastádio, o farol de Alexandria, um dos mais célebres monumentos da cidade, uma das sete maravilhas do mundo antigo, iniciado no reinado de Ptolomeu I Sóter, em 297 a.C., e terminado no do seu filho Ptolomeu II Filadelfo, os célebres Museu⁶ e Biblioteca⁷, verdadeiros símbolos de prestígio e fama para os seus fundadores, e o *Soma*, túmulo de Alexandre, autêntico memorial de enorme repercussão identitária⁸. Dos autores antigos, Estrabão é o que mais informações nos fornece sobre os vários espaços e edifícios públicos e sagrados da cidade, já do período romano, como o *Museion*, o *Soma*, palácios, teatro, arsenais, templos,

⁶ O Museu, «templo das Musas», fundado por Ptolomeu I Sóter, ficou para sempre associado ao desenvolvimento da ciência no período helenístico. Entre os seus primeiros directores contaram-se Demétrio de Falero (o «filósofo do poder» por detrás da própria concepção do Museu) e Estratão de Lâmpsaco, discípulos de Aristóteles, defensores e promotores do saber universal que o seu mestre proclamara (Mossé 1992; Bernand 1996; El-Abadi 1992).

⁷ A Biblioteca de Alexandria, igualmente criada por Ptolomeu I Sóter, também com o concurso de Demétrio de Falero, foi, sem dúvida, mesmo com a rivalidade com a de Pérgamo, a mais famosa de toda a Antiguidade. Graças a ela, Alexandria conheceu uma ímpar, durável e florescente vida intelectual (El-Abadi 1992). Como centro depositário do saber antigo e produtor da cultura helenística, a Biblioteca de Alexandria possuía a maior colecção de livros até então reunida (400.000 *volumina* ou rolos de papiro, segundo Calímaco de Cirene). Entre os seus bibliotecários mais famosos, contou com homens ilustres, de autêntico espírito enciclopédico, como Zenódoto de Éfeso, Apolónio de Rodes, Eratóstenes de Cirene, Aristófanes de Bizâncio e Aristarco de Samotrácia (Cf. Bernand 1996; Lallot 1992; Jacob 1992).

⁸ Cf. Empereur 1998a ; 1998b ; 1998c ; Bernand 1996.

ginásio, hipódromo, etc., que, no fundo, construíram a espacialidade urbana de Alexandria (Estrabão, XVII, 1,8-10).

Os intensos fluxos migratórios com destino à capital dos Ptolomeus, com a mira posta nas possibilidades económicas, administrativas e culturais que oferecia, enquadram, pois, e justificam, entre outras, as referências de Quinto Cúrcio («*Os habitantes das cidades vizinhas receberam ordem para emigrar para Alexandria e assim a nova cidade alcançou uma grande população*») e de Diodoro da Sicília («*o número dos seus habitantes ultrapassa o de outras cidades*» e «*a cidade ganhou tal incremento durante anos sucessivos que é por muitos considerada a primeira cidade do mundo civilizado, e isso deve-se seguramente, antes de mais, à sua elegância, ao seu tamanho, à sua riqueza e ao seu luxo.*»).

As migrações maciças para Alexandria obrigaram a uma reorganização fundamental do espaço urbano, de forma a corresponder às exigências inerentes a esse inusitado movimento populacional. Ao se fixarem em Alexandria, as populações imigradas tenderam quase naturalmente para uma certa segregação urbanística, imposta ou livre, ocupando «bairros» (*moirai*) diferenciados designados pelas cinco primeiras letras do alfabeto grego. Como menciona o Pseudo-Calístenes, «*Alexandre mandou desenhar a planta de cinco bairros, designando cada um com uma letra: A, B, Γ, Δ e E*».

Alexandria não constituía só um *habitat* favorável ao desenvolvimento económico, pela capacidade de produzir e expandir as suas mais-valias, como apresentava todas as condições e garantias para um crescimento e uma complexificação da sua estrutura social.

Apesar dos autores antigos serem muito parcos no tratamento dos vários bairros, sabemos que os dois mais importantes eram os bairros de Rakotis («o bairro egípcio», o mais antigo e o mais popular, de ruas mais estreitas, onde residiam os egípcios nativos, com os seus monumentos de estilo faraónico) e de Brucheion (o prestigioso bairro *beta*, situado perto do Grande Porto, onde se situavam os palácios reais ptolomaicos e as habitações da elite urbana). O bairro Beta ou de Brucheion era, portanto, o mais prestigioso dos bairros, local de residência das figuras gradas e eminentes da cidade. O conjunto de palácios costeiros era conhecido como *Basileia* e mais tarde *Regia*. Foi justamente no bairro de Brucheion (Bruquium), perto do mar, que o poder central instalou o Museu e a Biblioteca, formando parte do complexo palaciano, juntamente com outras edificações governamentais. Foi também neste bairro que Júlio César se estabeleceu com as suas tropas, aquando da guerra de Alexandria, em 48 a.C., na sequência da qual seria incendiada, acidentalmente, a antiga Biblioteca.

Perto do porto fluvial onde aportavam as embarcações provenientes do interior do país, o bairro de Rakotis acolhia, sem dúvida, a população da *chôra* que emigrava para a capital (Burkhalter 1998). Maioritariamente, eram de baixa condição, indo engrossar as camadas mais baixas da população urbana de Alexandria. A população egípcia estendia-se também à zona da ilha de Faros.

No entanto, é preciso não esquecer os membros oriundos das elites indígenas, provinciais, de cultura demótica e mesmo hierática, que acabaram por se helenizar, linguística e intelectualmente, para ingressar nos quadros médios e superiores da administração ptolomaica (Yoyotte 1989; Sales 2008).

O triunfo do dialecto helenístico chamado *koiné*, quer dizer «comum», tendo como base essencial o dialecto ático, como língua de administração, a adopção do critério linguístico como critério de entrada ou exclusão da carreira pública e a pretensão, concretizada em muitos casos, de assimilação da língua dos conquistadores por parte da elite egípcia ligada à burocracia (bilinguismo pragmático) alteraram profundamente a situação linguística do Egipto, em geral, e de Alexandria, em particular (Chauveau 1999 ; Criscuolo 1985; Thompson 1992b).

Sabemos também que cada bairro estava, por sua vez, subdividido em quarteirões (o quarteirão «diante da casa do navarca»; o quarteirão «no exterior da *xyléra*», etc.) e em parcelas (designadas pelo nome do primeiro proprietário ou de um dos seus sucessores: «na parcela de Potamôn»; «na parcela de Sabinus», etc.⁹).

Sabemos igualmente que na parte mais oriental da cidade ficava o bairro judeu (bairro *delta*), cuja comunidade, independente e oficialmente reconhecida, atraída também pelas riquezas e pelo saber existentes na cidade, chegou a Alexandria em 312 a.C. (logo depois da batalha de Gaza), constituía 2/5 da população da cidade e aí residiu até meados do séc. XX, até às primeiras vagas de emigração, a partir de 1948¹⁰.

Conhecendo, desde a época ptolomaica, uma visível prosperidade material e uma franca participação na vida administrativa, social e militar de Alexandria, embora residindo em dois distritos específicos, os Judeus espalharam-se desde a época ptolomaica por toda a cidade, misturados com o resto da população, sem qualquer «auto-guetização».

⁹ Nos registos públicos, cada domicílio alexandrino era referenciado através das três indicações que determinavam a sua localização na malha do tecido urbano: o bairro, o quarteirão e a parcela (Cf. Burkhalter 1998).

¹⁰ Na época de Ptolomeu II, 72 eruditos judeus vieram para Alexandria e, segundo a tradição, em 72 dias, traduziram para grego os seus livros sagrados, compostos em grande parte em hebreu e em aramaico. Daí a designação de Tradução dos Setenta ou Septuaginta dada à versão grega do Antigo Testamento. Segundo Flávio Josefo, os Judeus formaram o elemento estrangeiro mais importante do Egipto, a seguir aos Gregos, num total de cerca de um milhar de habitantes.

Como diz André Bernand, «Sous les cinq premiers Ptolémées, les Juifs s'adaptèrent au pays, consolidèrent leurs positions, établirent leurs communautés selon leurs propres traditions» (Bernand 1996: 243)¹¹.

Ademais, a comunidade judaica dispunha de órgãos administrativos e judiciais próprios, de liberdade religiosa, de liberdade de reunião e podia adquirir propriedades fundiárias (Gaudemet 1967). Durante algum tempo, tomando por base Flávio Josefo, considerava-se que os Judeus viviam regidos por um *politeuma*, espécie de governo próprio que lhes permitia viver segundo as suas próprias leis. Hoje essa ideia está abandonada e defende-se que a comunidade judaica de Alexandria se organizava como um *synodos*, uma associação privada de tipo grego (Lançon, Schwentzel 1999).

Sabemos ainda que os habitantes da cidade de origem helénica (basicamente o resto da população), ao contrário de outros, não se mantinham segregados, circulando e estabelecendo-se um pouco por todo o lado¹². Tudo isto significa que embora Alexandria fosse considerada uma cidade grega (inquestionavelmente, a mais importante do seu tempo), era, de facto, uma cidade de cariz cosmopolita e multicultural, contando no seu seio com comunidades oriundas de todo o mundo conhecido de então, quais «bandos de aves» provenientes «do rio e do lago», como as «profecias» apontavam.

Com a propaganda de atracção feita no reinado de Ptolomeu II Filadelfo assistiu-se à chegada de gregos livres provenientes da Grécia, das ilhas do Egeu e das cidades da Ásia Menor, o que aumentou consideravelmente a população da cidade neste período e contribuiu, seguramente, para que Alexandria fosse considerada uma cidade grega, de cariz multicultural¹³.

Compreensivelmente, com este encorajamento à imigração massiva para a «terra das oportunidades» (Gómez Espelosín 1997), a população de Alexandria aumentou exponencialmente, dividiu-se e hierarquizou-se fortemente. Havia 720 fraternias, 60 demos e 5 tribos¹⁴. Os Gregos eram a classe privilegiada dos cidadãos alexandrinos (a elite social da cidade), embora também entre eles existisse, obviamente, uma marcada hierarquia.

¹¹ Cf. também Bernand 1995 ; Lévêque 1987; Gruen 2004.

¹² Para Jean Gaudemet, a segregação das comunidades em bairros específicos (por exemplo, da comunidade judaica) não era um aspecto negativo, mas mesmo um favor que lhes era prestado pelo poder central: a segregação facilitava a manutenção de uma certa coesão, bem como das respectivas tradições específicas de cada comunidade (Cf. Gaudemet 1967),

¹³ Ptolomeu II Filadelfo herdara e ampliara um império que, além do Egipto, englobava a Líbia, Chipre, Rodes, a Palestina, a Cirenaica, a maior parte do Egeu e o Levante. Foi neste império ptolomaico, juntamente com as áreas limítrofes (Macedónia e Trácia, por exemplo) que se «recrutaram» os futuros habitantes de Alexandria. Esta população livre de base helénica proveniente das possessões exteriores surge frequentemente referida na documentação papirológica da Época Helenística.

¹⁴ Uma tribo compreendia 12 demos e os demos 16 fraternias. É possível que, no início, as 5 tribos correspondessem aos 5 *moirai* da cidade.

Esta aristocracia de base helénica desempenhou um papel único na economia marítima de Alexandria e na administração central sediada na capital.

Ao aludir à divisão social de Alexandria, Estrabão cita o historiador grego Políbio (200-118 a.C.), que visitara a cidade no reinado de Ptolomeu III Evérgeta I (145 a 116 a.C.), talvez em 140 a.C.¹⁵:

«Também Políbio, que visitou a cidade, expressa o seu desgosto pelo estado em que a encontrou no seu tempo. Três tipos de habitantes, diz ele, viviam na cidade: os Egípcios, ou seja, os nativos do país (da chôra), inteligentes e submissos às leis; os mercenários, grosseiros, numerosos e indisciplinados que a nulidade dos príncipes ensinara mais a comandar que a obedecer (...) e o terceiro tipo, os Alexandrinos que (...) não eram fáceis de governar, sendo, no entanto, melhores que aqueles [os mercenários], pois, embora constituídos por uma população mesclada, eram Gregos de origem e como eles não haviam esquecido os costumes comuns aos Gregos.» (Estrabão, XVII, 1, 12. A tradução é nossa).

O apontamento de Estrabão reconhece as desigualdades sociais da cidade e o seu impacto da rede de relações e nos processos de sociabilização, não deixando de responsabilizar o poder político por essa situação ao mencionar directamente «a nulidade dos príncipes». A maioria demográfica do país, os «Egípcios» (representando entre 85 a 90 % da população¹⁶), vinha da chôra, era de baixa condição social e foi remetida para zonas periféricas da vida da cidade (em termos geográficos, políticos, sociais e administrativos) e tinha um usufruto mitigado dos direitos de cidadania. A periferia urbana correspondia, portanto, à periferia político-social-administrativa. Com o passar do tempo, a coabitação e coexistência social, mais ou menos forçada, das diferentes etnias conduziu a comportamentos (ora unilaterais ora bilaterais) de aceitação activa e passiva da dominação estrangeira¹⁷.

Os «mercenários, grosseiros, numerosos e indisciplinados», em parte devido à ineficácia da elite dirigente ou ao jeito que lhes fazia ter essas franjas da população facilmente arregimentáveis para os seus golpes palacianos, vinham, preferencialmente da Grécia ou de zonas helenizadas, ou seja, um pouco de todos os lados. A cidade foi um permanente chamariz para colonos indígenas e estrangeiros, para mercenários e para todos aqueles que procuravam melhorar as suas condições de existência na grande metrópole. Durante os séculos III e II a.C., o *transfer* de populações foi constante. Os «Alexandrinos», o terceiro

¹⁵ Cf. Strabon, *Voyage en Égypte Un regard romain*. p. 96, nota 144.

¹⁶ Embora os dados numéricos sejam incertos, é possível que a percentagem de imigrados se situasse entre os 10 a 15 %, distribuídos de forma desigual pelo país, com uma clara concentração em Alexandria e na zona do Delta (Cf. Thompson 2004).

¹⁷ Barbara Anagnostou-Canas analisa o caso concreto das aproximações sociais no meio militar (Cf. Anagnostou-Canas 1989-90).

tipo social de habitantes na narração polibiana citada por Estrabão, eram a elite social da cidade, sendo essencialmente oriundos da Macedónia e da Grécia continental e insular¹⁸.

As interações sociais resultantes das culturas e subculturas em presença, com os seus símbolos, valores, padrões e práticas sociais mais ou menos sofisticadas, com dificuldades e tensões, continuidades e descontinuidades, convergências e divergências, colocaram novos desafios a todos os actores intervenientes na vida alexandrina (comunidades e poder político) e marcaram a experiência urbana da cidade.

Conclusão

Verdadeiro *melting pot of all nations* incessantemente animado, barulhento e frenético, acompanhado do esplendor e da glória que os tempos da riqueza material proporcionaram, mas também da anarquia, querelas e rebeliões e do esfacelamento institucional que se associam às épocas de confrontos e de decadência, Alexandria atraiu povos de todos os lados, mas particularmente Gregos da Hélade, com os olhos postos na carreira administrativa dos Ptolomeus e nas excelentes condições comerciais que os seus movimentados portos ofereciam. Foi, por isso, durante muito tempo, a mais povoada das cidades do Egipto e do mundo helenístico, uma verdadeira «terra das oportunidades», com um constante vai-e-vem de populações, crescendo exponencialmente em termos demográficos.

Embora as aspirações de prosperidade e de sucesso social fossem partilhadas por todos, imigrados e nativos, verificou-se uma clara superioridade da população «colonial» imigrada (soldados, homens cultos, profissionais qualificados, pequenos e grandes comerciantes), sobretudo ao se constituir como a elite burocrático-administrativa. O conflito com os imigrantes não abrangia apenas os Gregos ou os grupos helenizados (ex.: Trácios, Lícios e Cários), mas incluía também os Sírios, os Judeus, os Samaritanos e outros imigrantes semitas provenientes dos quatro cantos do império ptolomaico além-mar (Rowlandson 2004). Nem todos participaram efectivamente das promessas de melhores condições de vida. Para alguns, a cidade não ofereceu o «alimento» anunciado ou, pelo menos, o alimento esperado, o que explica as reacções de insatisfação por parte dos grupos menos abastados.

¹⁸ Em contraste com a situação de Alexandria, a península helénica conhece um período de empobrecimento demográfico, com a deslocação da sua população mais activa para as novas «terras de futuro».

Todos os Ptolomeus até Cleópatra VII, inclusive, a mais longa das dinastias helenísticas, se empenharam no embelezamento da cidade, construindo palácios, templos e edifícios públicos. A feição urbana e cosmopolita da cidade-capital favoreceu, sobretudo, os imigrantes Greco-macedónios, sob patrocínio da administração central: «l'immigrant grec, venu en Égypte dans le but de s'enrichir ou de faire carrière, trouvait là, en sa faveur, une politique pro-hellène telle que l'ont développée les premiers Lagides» (Doyen 1992 : 63-85). A língua, a cultura, as práticas e a consciência de cada grupo social ampliavam os contornos do dualismo étnico autóctones-ocupantes estrangeiros, em regra desfavorável aos Egípcios e permitiam que aqueles se impusessem a estes (Anagnostou-Canas 1989-90; Erskine 2004). Não se deve, todavia, olvidar que a *intelligentsia* egípcia, usando a língua grega, desempenhou um papel preponderante no desenvolvimento intelectual da cidade (Shoucri 1997; Thompson 1992a; Peremans 1982, 1983; Derchain 1998).

Em consequência, a cidade, conjugando uma série de factores favoráveis (recursos agrícolas, condições comerciais, estrutura social complexa, divisão social do trabalho e relações hierárquicas de poder) e não obstante os inevitáveis diferenças e mudanças de ritmo ao longo dos séculos, cresceu e implantou-se como primeira cidade cosmopolita (desde o período ptolomaico), consolidando a sua importância comercial e cultural no período romano, que manteve, no fundo, até ao período medieval. Residência do rei e da corte e sede da administração do país, repleta de palácios, de templos e de magníficas construções e embelezada por cada novo monarca (lembramos o relato de Diodoro), Alexandria tornou-se o centro da civilização do seu tempo: tudo derivava dela e tudo terminava nela.

Foi, no fundo, este mosaico populacional de múltiplas proveniências e culturas que fez a riqueza (económica, administrativa, cultural, urbanística, etc.) da antiga cidade de Alexandria e a tornou na «*civitas opulenta, dives, fecunda*» como a declarou o imperador Adriano. Muito do esplendor que, histórica e miticamente, projectou para a posteridade tem a indelével marca criadora deste encontro de gentes e de culturas.

Como metrópole e capital do saber, Alexandria foi também um centro de atracção e de irradiação de sábios e letrados. Como disse Estrabão: «*Em Alexandria, não são apenas acolhidos numerosos estudiosos, como são enviados para o estrangeiro um número não negligenciável de Alexandrinos*» (Estrabão, XIV, 5, 13). Esta dimensão do cosmopolitismo de Alexandria merece igualmente uma referência porque introduz na vida da antiga cidade uma dinâmica que ainda hoje se lhe associa.

Também neste aspecto, é preciso atribuir ao poder político e á elite dirigente ptolomaica os louros pela forma como soube fundar instituições culturais de referência na cidade

(sobretudo o Museu e a Biblioteca) que atraíram, designadamente a partir de 295 a.C., plêiades de cientistas, investigadores, poetas e filósofos, que trabalharam sob patrocínio e expensas reais (Thompson 1999; Newman 1997). Verdadeiros centros de investigação e de formação académica, as instituições alexandrinas fizeram do cosmopolitismo envolvente a sua própria característica fundamental.

Bibliografia

- Aavv. 1975. *Alexandre Le Grand. Image et réalité*. Fondation Hardt, Genève.
- Aavv. 1992. *Alexandrie III^e siècle av. J.-C. Tous les savoirs du monde ou le rêve d'universalité des Ptolémées*. Éditions Autrement, Paris.
- Aavv. 1998. *L'ABCdaire d'Alexandrie*. Flammarion, Paris.
- Anagnostou-Canas, B. 1989-90. Rapports de dépendance coloniale dans l'Égypte Ptolémaïque I. L'appareil militaire. *Bulletino del'Istituto di Diritto Romano Vitorio Scialoja* (BIDR), Vol. XXXI-XXXII: 151-236.
- Arriano. 1982. *Anábasis de Alejandro Magno*. Libros I-III e IV-VIII (Índia). Editorial Gredos, Madrid.
- Bagnall, R. S. 1976. *The administration of the ptolemaic possessions outside Egypt*. E. J. Brill, Leiden.
- Bagnall, R. S. 1988. Greeks and Egyptians: Ethnicity, Status, and Culture, in *Cleopatra's Egypt. Age of Ptolemies*, The Brooklyn Museum, Brooklyn, pp. 21-27.
- Bakhoum, S. 1995. Les édifices alexandrins d'après les documents monétaires. Alexandrie. *Lumière du Monde Antique. Les Dossiers d'Archéologie*, n° 201: 2-11.
- Ballet, P. 1999. *La vie quotidienne à Alexandrie. 331-30 avant J.-C.* Hachette, Paris.
- Baslez, M-F. 1999. *Histoire politique du monde grec antique*. Nathan Université, Paris.
- Bernand, A. 1994. *Leçon de civilisation*. Fayard, Paris.
- Bernand, A. 1995. *Alexandrie des Ptolémées*. CNRS, Paris.
- Bernand, A. 1996. *Alexandrie la grande*. Hachette, Paris.
- Billows, R. 2004. Les cités, in A. Erskine (dir.), *Le Monde Hellénistique. Espaces, sociétés, cultures – 323-31 av. J.-C.*, Presses Universitaires de Rennes, Rennes, pp. 265-287.
- Bingen, J. 1975. Le milieu urbain dans la chôra égyptienne à l'époque ptolémaïque, in *Proceedings of the XIV International Congress of Papyrology*. Oxford, 24-31 July 1974, The British Academy, London, pp. 367-373.
- Bingen, J. 1976. Économie grecque et société égyptienne au III^e siècle, in H. Maehler and V. M. Strocka (eds.), *Das ptolemäische Ägypten*, Deutsches Archäologisches Institute, Berlin, pp. 211-219.
- Bonacasa, N. 1995. Alessandria capitale e l'Egitto dei Tolemei, in A. Di Vita, C. Alfano (eds.), *Alessandro Magno: Storia e Mito*. Palazzo Ruspoli, Roma. 21 dicembre 1995 – 21 maggio 1996, Leonardo Arte, Milão, pp. 67-79.
- Bosworth, A. B. 1988a. *From Arrian to Alexander: Studies in Historical Interpretation*. Clarendon Press, Oxford.
- Bosworth, A. B. 1988b e 1995. *A Historical Commentary on Arrian's History of Alexander*, 2 Vols., Clarendon Press, Oxford.
- Braund, D. 2004. L'émergence du monde hellénistique. L'après Alexandre (323-281), in Andrew Erskine (dir.), *Le Monde Hellénistique. Espaces, sociétés, cultures – 323-31 av. J.-C.*, Presses Universitaires de Rennes, Rennes, pp. 44-62.
- Briant, P. 1987. *De la Grèce à l'Orient. Alexandre le Grand*. Gallimard, Paris.
- Briant, P. 1994. *Alexandre le Grand*. PUF, Paris.

- Burkhalter, F. 1998. L'organisation des populations in La gloire d'Alexandrie, *Catalogue générale de l'exposition «La gloire d'Alexandrie»* (Paris, 7 mai-26 juillet 1998), Paris-Musées, Paris, p. 105.
- Caruso, G. 1983. Alcuni aspetti dell'urbanistica di Alessandria in età ellenistica : Il piano di progettazione, in N. Bonacasa, A. Di Vita (eds.), *Alessandria e il mondo ellenistico-romano. Studi in onore di Achille Adriani*, Vol. I, «L'ERMA» di Bretschneider, Roma, pp. 43-53.
- Chapot, V. 1932. Alexandre, fondateur de villes, in *Mélanges Gustave Glotz*, Tome I, Presses Universitaires de France, Paris, pp. 173-181.
- Chauveau, M. 1999. Bilinguisme et traductions, in D. Valbelle et J. Leclant (dir.) *Le décret de Memphis. Colloque de la Fondation Singer-Polignac à l'occasion de la célébration du bicentenaire de la découverte de la Pierre de Rosette*, Diffusion de Boccard, Paris, pp. 25-39.
- Chauveau, M. 2001. Rhakôtis et la fondation d'Alexandrie. *Égypte, Afrique & Orient* 24: 13-16.
- Clarysse, W. 1985. Greeks and Egyptians in the ptolemaic army and administration. *Aegyptus. Rivista italiana de Egittologia e di Papirologia* 65: 57-66.
- Clarysse, W. 1992. Some greeks in Egypt, in J. H. Johnson (ed.), *Life in a multicultural society: Egypt from Cambyse to Constantine and beyond*, The Oriental Institute of the University of Chicago, Chicago, pp. 51-56.
- Clarysse, W. 1993. Egyptian scribes writing greek. *CdE LXVIII*, Fasc. 135-136: 186-201.
- Clarysse, W. 1998. Ethnic diversity and dialect among the Greeks of hellenistic Egypt, in M. F. W. Verhoogt and S. P. Vleeming (eds.), *The two faces of Graeco-roman Egypt. Greek and demotic and greek-demotic texts and studies*, E. J. Brill, Leiden/ Boston/ Köln, pp. 1-13.
- Criscuolo, L. 1985. Le istituzioni pubbliche nell'Egitto tolemaico, in *Egitto e società antica*. Atti del convegno. Torino 8/9. VI – 23/24. XI. 1984, Vita e Pensiero, Milano, pp. 133-145.
- Decobert, C. 1998. La vision d'Alexandrie chez les Arabes, in *La gloire d'Alexandrie*, Paris-Musées, Paris, pp. 304-306.
- Derchain, P. 1998. Grecs et égyptiens en Égypte à l'époque hellénistique. Essai sur les rapprochements culturels. *Bulletin de l'Association angevine et nantaise d'Égyptologie Isis* 5: 7-17.
- Diodorus Siculus. 1983. *Diodorus of Sicily in Twelve Volumes*. VIII – Books XVI. 66-95 and XVII with an English Translation by C. Braddford Welles. William Heinemann, Ltd., London.
- Doyen, F. et R. Preys. 1992. La présence grecque en Égypte ptolémaïque: les traces d'une rencontre, in *L'atelier de orfèvre*. Mélanges offerts à Ph. Derchain, Peeters, Leuven, pp. 63-85.
- Droysen, G. 1991. *Alexandre Le Grand*. Editions Complexe, Bruxelles.
- Ducat, J. 1995. Grecs et égyptiens dans l'Égypte dans l'Égypte lagide: hellénisation et résistance à l'Hellénisme, in *Entre Égypte et Grèce. Actes du colloque du 6-9 Octobre 1994*, Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, Paris, pp. 68-81.
- El-Abadi, M. 1998. La bibliothèque d'Alexandre, in *La gloire d'Alexandrie*, Paris-Musées, Paris, p. 112.
- Empereur, J.-Y. 1993. Alexandrie, ville grecque en terre égyptienne, in *Le Grand Atlas de l'Art*, Encyclopaedia Universalis, Paris, pp. 154-155.
- Empereur, J.-Y. 1998a. *Alexandrie redécouverte*. Fayard/ Stock, Paris.

- Empereur, J.-Y. 1998b. *Le phare d'Alexandrie*. Découvertes Gallimard, Paris.
- Empereur, J.-Y. 1998c. Le phare d'Alexandrie in *La gloire d'Alexandrie, Catalogue générale de l'exposition «La gloire d'Alexandrie»* (Paris, 7 mai-26 juillet 1998), Paris-Musées, Paris, pp. 98-104.
- Empereur, J.-Y. 2001. *Alexandrie. Hier et demain*. Gallimard, Paris.
- Empereur, J.-Y. 2003. Du nouveau sur la topographie d'Alexandrie. *Comptes rendus de l'Académie des Belles Lettres*, fascicule 3: 921-933.
- Errington, R. M. 1975. Alexander in the Hellenistic World, in *Alexandre Le Grand. Image et réalité*, Fondation Hardt, Genève, pp.171, 172; 211-213.
- Erskine, A. 2004. Pour aborder le monde hellénistique, in Andrew Erskine (dir.), *Le Monde Hellénistique. Espaces, sociétés, cultures – 323-31 av. J.-C.*, Presses Universitaires de Rennes, Rennes, pp. 25-42.
- Favard-Meeks, C. 1989. *Le Delta égyptien et la mer jusqu'à la fondation d'Alexandrie*. Studien zur Altägyptischen Kultur: 39-63.
- Ferreira, J. R. e L. de N. Ferreira (orgs.). 2009. *As sete maravilhas do mundo antigo. Fontes, Fantasias e Reconstituições*. Edições 70, Lisboa.
- Fraser, P. M. 1972. *Ptolemaic Alexandria*, Vols. 1 e II. The Clarendon Press, Oxford.
- Fraser, P. M. 1996. *Cities of Alexander the Great*. Oxford University Press, Oxford.
- Freeman, C. 1996. *Egypt, Greece and Rome. Civilizations of the Ancient Mediterranean*. Oxford University Press, Oxford.
- Garian, Y. 1998. Les murailles d'Alexandrie, in *La gloire d'Alexandrie*, Paris-Musées, Paris, p. 8.
- Gaudemet, J. 1967. *Institutions de l'Antiquité*. Sirey, Paris.
- Gómez Espelosín, F. J. 1986. Las revueltas de Alejandría: Pautas de comportamiento de una masa urbana en época helenística. *Estudios Humanísticos* 8: 49-75.
- Gómez Espelosín, F. J. 1997. Alejandría, la ciudad de las maravillas, in *Ciudades del mundo antiguo*, Ediciones Clásica, Madrid, pp. 63-81.
- Goudriaan, K. 1988. *Ethnicity in ptolemaic Egypt*. J. C. Gieben, Publisher, Amsterdam.
- Goudriaan, K. 1992. Ethnical strategies in Graeco-roman Egypt, in P. Bilde, T. E.-Pedersen, L. Hannestad and J. Zahle (eds.), *Ethnicity in hellenistic Egypt*, Aarhus University Press, Aarhus, pp. 74-99.
- Green, P. 1991. *Alexander et Macedon (356-323 B.C.). A historical biography*. University of California Press, Berkeley/ Los Angeles.
- Green, P. 1996. Alexander's Alexandria, in *Alexandria and alexandrinism*, The J. Paul Getty Museum, Malibu-California, p. 8
- Grimm, G. 1996. City planning ?, in *Alexandria and alexandrinism*, The J. Paul Getty Museum, Malibu-California, pp. 55-74.
- Gruen, E. S. 2004. Juifs et Grecs, in A. Erskine (dir.), *Le Monde Hellénistique. Espaces, sociétés, cultures – 323-31 av. J.-C.*, Presses Universitaires de Rennes, Rennes, pp. 347-365.

- Hairy, I. 2004. Mythes et réalité virtuelle: le cas d'Alexandrie, in *Virtual Retrospect 2003. Proceedings of the conference Biarritz (France) November 6th-7th 2003*, Ausonius, Bordeaux, pp. 19-23.
- Hölbl, G. 2001. *A history of the ptolemaic empire*. Routledge, London/ New York.
- Horta, A. P. B. 2007, *Sociologia Urbana*. Universidade Aberta. Lisboa.
- Jacob, C. 1992. Un athlète du savoir: Ératosthène in Aavv, *Alexandrie III^e siècle av. J.-C., Tous les savoirs du monde ou le rêve d'universalité des Ptolémées*, Éditions Autrement, Paris, p. 127.
- Jouguet, P. 1972. *L'impérialisme macédonien et l'hellénisation de l'Orient*. Éditions Albin Michel, Paris.
- Lallot, J. 1992. Zénodote ou l'art d'accommoder Homère in Aavv, *Alexandrie III^e siècle av. J.-C., Tous les savoirs du monde ou le rêve d'universalité des Ptolémées*, Éditions Autrement, Paris, pp. 100-113;
- Langon, B. et C.-G. Schwentzel. 1999. *L'Égypte hellénistique et romaine*. Nathan, Paris.
- Lévêque, P. 1964. *L'Aventure Grecque*. Armand Colin, Paris.
- Lévêque, P. 1987. *O Mundo Helenístico*. Edições 70, Lisboa.
- Levet, J.-P. 1997. Un savant d'Alexandrie: Eratosthène (III^e siècle avant J.-C.). Un regard d'aujourd'hui. Le Monde Copte. *Revue trimestrielle de la culture copte*, n^{os} 27-28: 45-58.
- Manning, J. G. 2009. *The last pharaohs. Egypt under the Ptolemies, 305-30 BC*. Princeton University Press, Princeton.
- Matthieu, B. 2004. Travaux de l'IFAO en 2003-2004: Alexandrie. *Bulletin de l'Institut Français d'Archéologie Orientale* 104: 634-638.
- Mossé, C. 1992. Démétrios de Phalère: un philosophe au pouvoir in Aavv, *Alexandrie III^e siècle av. J.-C., Tous les savoirs du monde ou le rêve d'universalité des Ptolémées*, Éditions Autrement, Paris, pp. 83-92;
- Mossé, C. 2005. *Alexandre. O destino de um mito*. Publicações Europa-América, Mem-Martins.
- Newman, J. H. C. 1997. L'école d'Alexandrie, précurseur de l'université moderne. *Le monde copte*, n^{os} 27-28 :129-132.
- O'Brien, J. M. 1994. *Alexander the Great. The Invisible Enemy. A Biography*. Londres.
- Pédech, P. 1984. *Historiens compagnons d'Alexandre. Callisthène. Onésicrite. Néarque. Ptolémée. Aristobule*. Édition Les Belles-Lettres, Paris.
- Peremans, W. 1962. Égyptiens et étrangers dans l'Égypte ptolémaïque, in *Grecs et barbares*, Fondation Hardt, Genève, pp. 121-166.
- Peremans, W. 1970. Ethnies et classes dans l'Égypte ptolémaïque, in *Recherche sur les structures sociales dans l'Antiquité classique*, CNRS, Paris, pp. 213-223.
- Peremans, W. 1972. Égyptiens et étrangers dans l'armée de terre et dans la police de l'Égypte ptolémaïque. *AncSoc* 3: 67-76.
- Peremans, W. 1975/76. Classes sociales et conscience nationale en Égypte ptolémaïque, in *Miscellanea in Honorum Josephi Vergote*, Département Oriëntalistiek, Leuven, pp. 443-453.
- Peremans, W. 1978. Les indigènes égyptiens dans l'armée de terre des lagides. *Recherches anthroponymiques. AncSoc* 9: 83-100.

Peremans, W. 1980/1981. Étrangers et égyptiens en Egypte sous le règne de Ptolémée I^{er}. *AncSoc* 11/12: 213-226.

Peremans, W. 1981. Les mariages mixtes dans l'Égypte des Lagides, in *Scritti in onore di Orsolina Montevicchi*, Editrice Clueb, Bologna, pp. 273-281.

Peremans, W. 1982. Sur le bilinguisme dans l'Égypte des Lagides, in *Studia Paulo Naster Oblata. II. Orientalia Antiqua*, Uitgeverig Peeters, Leuven, pp. 143-154.

Peremans, W. 1983. Le bilinguisme dans les relations gréco-égyptiennes sous les Lagides, in E. Van't Dack, P. van Dessel and W. van Gucht (eds.), *Egypt and the Hellenistic World. Proceedings of the International Colloquium*. Leuven. 24-26 May 1982 Lovanii, pp. 253-280.

Peremans, W. and E. Van't Dack, L. Mooren, W. Swinnen, W. 1968. *Prosopographia Ptolemaica. VI. La cour, les relations internationales et les possessions extérieures, la vie culturelle*, n^{os} 14479-17250. Publications Universitaires de Louvain, Louvain.

Petit, P. 1996. *La civilisation hellénistique*. PUF, Paris.

Petit, P. e A. Laronde. 1996. *La Civilisation Hellénistique*. PUF, Paris.

Plutarco. 1980. Vida de Alexandre, in Benoist-Méchin, *Alexandre Magno (356-323 antes de Cristo)*, Lello & Irmãos Editores, Porto, pp. 289-364.

Plutarco. 2001. *Vies parallèles*. Gallimard, Paris.

Políbio. 1970. *Histoire*. Éditions Gallimard, Paris.

Políbio. 1974. *The Histories I-VI*. Mass Loeb, London/ New York/ Cambridge.

Polignac, F. de. 1999. From the Mediterranean to Universality ? The Myth of Alexander, Yesterday and Today. *Mediterranean Historical Revue* 14: 1-17.

Pseudo-Calístenes. 1988. *Vida y hazañas de Alejandro de Macedonia*. Editorial Gredos, Madrid.

Pseudo-Calístenes. 1992. Le roman d'Alexandre. La vie et les hauts faits d'Alexandre de Macédoine. Les Belles Lettres, Paris.

Pseudo-Calístenes. 1994. Le roman d'Alexandre. Vie d'Alexandre de Macédoine. Flammarion Paris.

Quinto Cúrcio Rufo. 1986. *Historia de Alejandro Magno*. Editorial Gredos, Madrid.

Rice, E. E. 1997. *Alexander the Great*. Sutton Publishing, London.

Rowlandson, J. 2004. Ville et campagne dans l'Égypte ptolémaïque, in A. Erskine (dir.), *Le Monde Hellénistique. Espaces, sociétés, cultures – 323-31 av. J.-C.*, Presses Universitaires de Rennes, Rennes, pp. 327-345.

Sadek, A. I. 1997. Alexandrie, fille de Rakotis et fruit des relations égypto-grecques. *Le Monde Copte. Revue trimestrielle de la culture copte*, n^{os} 27-28: 7-20.

Sales, J. das C. 1999. As campanhas de Alexandre Magno e a definição de uma (nova) identidade político-cultural no final do séc. IV a.C. *Discursos. Língua, Cultura e Sociedade*, III Série, n^o 1. Regiões/ Identidade: 57-89.

Sales, J. das C. 2005. *Ideologia e propaganda real no Egípto Ptolomaico (305-30 a.C.)*. Calouste Gulbenkian, Lisboa.